nais, regionais e locais, bem como planos e programas empresariais; prevenção de distúrbios ambientais; controle de execução de planos econômicos e de preservação ambiental; participação na gestão de instituições de previdência e assistência, e controle sobre a educação, especialmente na instrução profissional e nos cursos especiais de atualização.

É evidente que a lista evocada por Fanfani poderia ser irrestritamente ampliada, embora alguns pontos nodais tenham sido trocados. Todavia, permanece a questão da organização da sociedade para a participação. Os sindicatos e as associações de bairro talvez representem o quadro natural para essa organização. Nesse sentido, todas as áreas tradicionais de atuação da administração pública deveriam estar sob o controle político da população a que, em princípio, servem. É essa a idéia dos conselhos populares, que, em princípio, visam garantir que desvios próprios ao capitalismo burocrático não aumentem ainda mais a distância já grande entre dirigentes e dirigidos. Por esse motivo, conselhos populares a nível da sociedade e comissões de fábrica a nível da empresa ou estabelecimento fabril obedecem ao mesmo tipo de lógica, à lógica que Fanfani chama de sociabilidade. □

*Fernando Cláudio Prestes Motta*

## Motta, Fernando C. Prestes. *Participação e co-gestão — novas formas de administração*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Fernando C. Prestes Motta, neste livro, aborda com muita felicidade um tema atual, o participacionismo. A partir de uma análise da co-gestão na Alemanha e nos demais países europeus, procura buscar a essência desta prática participacionista, discutindo-a não só no âmbito da organização, mas principalmente no contexto político-social, averiguando-a como limite fronteiriço do capitalismo e como preparação para prática autogestionária.

Este livro seguramente fornece novas perspectivas para análise das propostas de participacionismo entre nós. Começamos a discutir hoje a participação dos trabalhadores em decisões as mais corriqueiras, do dia-a-dia das empresas, e podemos perceber os vários matizes que esta questão assume em função dos grupos que a discutem. Há uma gama enorme de interesses em torno do assunto. Vemos, de um lado, os empresários mais vanguardistas defendendo a participação do trabalhador através de comissões de fábrica, porém sem a interferência do sindicato, procurando, desta forma, quebrar-lhe a hegemonia na empresa e adquirir maior facilidade para cooptação do trabalhador. Vêem, entretanto, com desconfiança a participação do trabalhador, pois sempre há a possibilidade de uma aliança entre as comissões e seu sindicato, o que poderia ocasionar a dilatação do âmbito de atuação imposto a estas comissões.

Em outro lado, temos os sindicatos que vêem na comissão uma forma de abordar e pressionar os empresários com maior facilidade, amedrontam-se, por sua vez, com a possibilidade de um sindicalismo paralelo ou com sua incapacidade para administrar um sindicato extremamente descentralizado.

Em outro lado, temos o governo que considera a participação dos trabalhadores uma forma de avaliar o sistema judiciário e as pressões sociais.

Em outro lado, temos os trabalhadores que vêem a comissão como uma forma mais imediata e efetiva de representação de seus interesses, uma vez que os sindicatos atuam a nível de empresa somente em períodos de crise.

Em outro lado, ainda, temos os profissionais de recursos humanos que pensam a comissão de fábrica como uma forma de conquista de espaço dentro de suas organizações, pois são elementos naturais de articulação entre a direção da empresa e os trabalhadores.

Como vemos, o participacionismo nas empresas é assunto que abre campo a muitas paixões, sendo a co-gestão alemã a grande inspiradora de argumentos de todos os lados. Daí a oportunidade da obra de Motta.

Fernando Motta principia seu livro analisando as formas de participação, participação "que surge como meio por excelência do trato do conflito social (. . .) inerente às formações sociais antagônicas", em função "da impossibilidade de administrar o conflito apenas através da coação física", e da percepção de "que esse conflito pode ser canalizado para aumento da produtividade através de uma melhora no nível de satisfação dos trabalhadores". Em seguida, disseca a co-gestão alemã, recuperando sua origem; analisando a distribuição de papéis entre os sindicatos, conselhos, empresários e governo; averiguando-a como etapa para a autogestão; analisando o ideário cogestionário alemão; e examinando as instituições que compõem a co-gestão alemã. Finalmente, Motta passa por todos os países europeus analisando, também, o posicionamento da igreja sobre a participação do trabalhador nas decisões da empresa, desde as colocações do Papa Leão XIII.

A leitura desta obra de Motta é indispensável a quantos queiram inteirar-se do participacionismo como uma nova forma de administração, e a quantos estejam preocupados em pensar o participacionismo entre nós. □

*Joel Souza Dutra*